

ave Ane X

Ulysses suspende sessões para negociar sistema

Hésio cai e Inamps tem nova direção

Vinte e quatro horas depois de ter negado saber da iminente saída do presidente do Inamps, o ministro da Previdência Social, Renato Archer, anunciou na noite de ontem, no Palácio do Planalto, a demissão de Hésio Cordeiro, que dirige o órgão desde o início da Nova República. Archer, no despacho com o presidente Sarney, apresentou uma lista tripla sugerindo nomes para substituir Cordeiro. O presidente José Sarney preferiu nomear como novo dirigente do Inamps, José Maria Magalhães.

Os nomes apontados pelo ministro da Previdência Social são de Seiko Suzuki, administrador do Inor de São Paulo; José Maria Magalhães, dirigente do Inamps em Minas Gerais, e Pedro Mello, secretário da Saúde de Sergipe e irmão do governador do Estado, Antônio Carlos Valadares. Entre os três, Archer torcia por José Maria Magalhães, ex-deputado federal pela extinta UDN. Mas, os assessores de Sarney acreditavam que o Presidente optará por um quarto nome.

A queda de Hésio Cordeiro vem sendo fermentada desde o início da Nova República, quando ele foi escolhido para dirigir o Inamps pelo ex-ministro Waldir Pires, com apoio de setores do PMDB, entre eles o próprio ministro Renato Archer e seu antecessor, Raphael de Almeida Magalhães. O cerco, entretanto, cresceu a partir da demissão de Magalhães. Integrantes do PFL e, em seguida, do Centrão passaram a concentrar esforços no sentido de derrubar Cordeiro. A corrente foi engrossada, nos últimos dias, por parlamentares do PMDB do Rio de Janeiro e Sarney decidiu ceder, embora não completamente, porque estas pressões têm como alvo final o desmembramento do Inamps do Ministério da Previdência Social, vinculando-o ao Ministério da Saúde, dirigido pelo deputado Borges da Silveira, do Centro Democrático.

Aliado às pressões, o presidente Sarney recebeu um relatório técnico, elaborado por médicos sem vinculação partidária, enumerando algumas irregularidades no Inamps. Estas irregularidades teriam sido cometidas durante a administração do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, que ainda hoje, na avaliação de assessores do presidente Sarney, controla o Ministério da Previdência Social. Sem responsabilidade direta nas irregularidades, Hésio Cordeiro é apontado, entretanto, como "omisso" nos casos e foi esta a razão principal pela qual o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães resistiu à sua demissão. O ministro Renato Archer, ao assumir a pasta, confessou-se "estartecido" com o quadro encontrado, que vai levar a Previdência a um déficit de 500 bilhões de cruzados este ano.

Entre as irregularidades apontadas no relatório que se encontra com o presidente Sarney, há o pedão de dívidas de grandes empresas — estaleiros do Rio de Janeiro. Além disso, os repasses de recursos para os Estados — 32% do orçamento do Ministério vão para o Inamps — estão sendo feitos sem o menor controle. Estes recursos se juntam à arrecadação que é feita em caixa única e, em seguida, distribuídos no pagamento pessoal.

O Estado mais beneficiado, **per capita**, pelos recursos do Inamps é o Rio de Janeiro. O resultado final, de acordo com o relatório, é que os recursos do Inamps são gastos — mais de 70% — na atividade meio.

Este relatório — que se encontra sob sigilo na Presidência da República; temperado com as pressões políticas — determinou a queda de Hésio Cordeiro, mas não provocará a demissão do ministro Renato Archer.

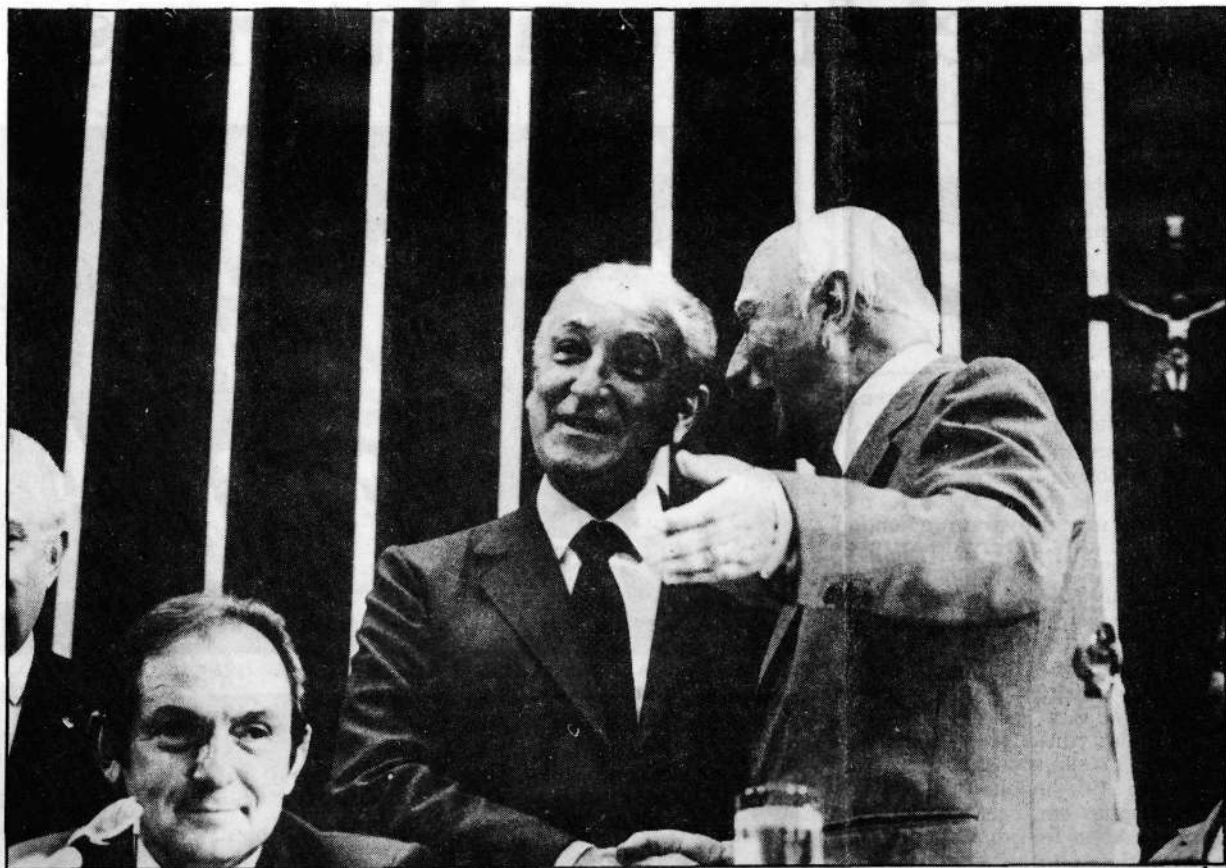
Ato político marca posse de Raphael

O governador Moreira Franco empossou segunda-feira, no cargo de Secretário de Cultura, o ex-ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Em entrevista, após o seu discurso na solenidade que reuniu dois governadores de Estado — da Bahia, Waldir Pires, e de Alagoas, Fernando Collor de Melo — e cerca de trezentas pessoas no Palácio Guanabara, Moreira reiterou o sentido político do ato, a unidade do PMDB no Estado do Rio de Janeiro.

«Este é um aspecto importantíssimo. O governo é político, exige a competência. Nós queremos fortalecer o PMDB. A entrada do ministro Raphael é um caminho importante para consolidar a unidade do PMDB no estado do Rio de Janeiro».

Raphael de Almeida Magalhães, já secretário de Cultura, enfocou a disposição de trabalhar para o desenvolvimento do fazer cultural no estado do Rio e a importância política da sua nomeação.

«O fato do governador Moreira Franco me nomear secretário de Cultura, acredito, é uma demonstração evidente da importância que o governador dá à unidade partidária nessa hora».



Montoro apresenta programa de governo e Ulysses tenta acordo para evitar crise institucional

Montoro afirma que Sarney vai insistir na luta pelos 5 anos

Depois de conversar com o deputado Ulysses Guimarães, o ex-governador Franco Montoro informou ontem, que o comando do PMDB dispõe de informações de que o presidente José Sarney continuará trabalhando pela manutenção do presidencialismo e de um mandato presidencial de cinco anos, mas acatará, sem qualquer problema, a opção da Constituinte pelo parlamentarismo e pela realização, este ano, de eleições presidenciais. Ele assegurou que está totalmente descartada a hipótese que chegou a ser aventada no Palácio do Planalto de apresentação de um recurso junto ao Supremo Tribunal Federal caso seja reduzido o mandato de Sarney para quatro anos.

Montoro disse, também, não ter dúvida alguma de que o parlamentarismo e o mandato de quatro anos serão aprovados pela Cons-

tituinte. E defende um entendimento nacional em torno de um programa de emergência a ser executado até o final do Governo José Sarney: "Essa proposta, por sinal, tem crescido muito em virtude do agravamento da crise. As previsões de períodos críticos e até catastróficos estimulam entidades da sociedade civil e os políticos ao entendimento. O presidente José Sarney é o mais interessado nisso".

Circunstâncias

Para Montoro, não convém a adoção imediata do parlamentarismo, mas sim com a posse do novo Presidente da República em março do ano que vem. Na conversa com o presidente do PMDB, Ulysses lhe disse estar ciente de que a maioria do PMDB é parlamentarista.

Montoro reafirmou sua disposição de levar sua candidatura à

Presidência da República à Convenção do PMDB. E minimizou o favoritismo do deputado Ulysses Guimarães: "Quando fui à Convenção Regional do PMDB na qual fui escolhido candidato ao Governo de São Paulo, todas as previsões era de que meu oponente tinha a preferência de 80% dos convencionais. Essas coisas mudam, depende das circunstâncias".

Em reunião com os coordenadores do grupo histórico do PMDB, Montoro observou que duas das três principais reivindicações do movimento já foram atendidas: "A Constituinte acelerou seus trabalhos e o mandato de quatro anos já tem garantida a sua aprovação. Só falta a reunião do Diretório Nacional para começarmos a atualizar o programa do partido, mas ela não foi realizada devido ao agravamento da crise".

Aureliano afasta hipótese de romper

Porto Alegre — O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, avisou ontem que se o rompimento com o presidente José Sarney é condição "sine qua non" para sua possível candidatura à presidência da República, não será candidato nunca. Ele deu a explicação respondendo a uma indagação e, na verdade, procurou não falar muito sobre a possibilidade de sua candidatura.

Aureliano Chaves também não quis comentar se poderá ocorrer um entendimento para ter Antonio Ermírio de Moraes como candidato à vice-presidência. Negou que tenham chegado a marcar um encontro para discutir o assunto, afirmando que havia apenas uma expectativa, mas que tanto ele quanto Antonio Ermírio entendem que é preciso dar prioridade à Constituinte.

Quanto a hipótese de ter quem romper com o Governo para lançar sua candidatura, Aureliano lembrou que romper com Sarney na época em que estava no auge da popularidade era fácil. Agora, segundo acrescentou, no momento em que Sarney passa dificuldades, jamais faria isso.

Aureliano Chaves deu as declarações durante entrevista e também em debate com empresários durante reunião-almoço na Fiergs

PFL quer definir sucessão em maio

O PFL deve realizar sua Convenção Nacional nos dias 14 e 15 de maio, na esperança de que, até essa data, já esteja votado pelo menos o primeiro turno da Constituinte e o partido possa lançar seus candidatos à Presidência e vice-presidência da República.

A data ficou combinada após reunião, ontem, do senador Marco Maciel, presidente do PFL, com os presidentes dos diretórios regionais do partido. As convenções regionais estão marcadas para o dia 10 de abril, sendo que no dia 1º de maio devem ocorrer convenções extraordinárias nos municípios que ainda não escolheram seu candidato a prefeito. Até agora, o partido já realizou 3.300 convenções municipais, o que é considerado um «grande êxito» por Marco Maciel e uma prova de que o PFL «é uma força emergente em todos os Estados».

Durante a reunião, segundo Maciel, foi predominante o entendimento de que eleição em dois turnos só deve ocorrer na disputa para a Presidência da República, e ainda que os prazos de desincompatibilização para as eleições de vem ser reduzidos.

O PFL aguarda a votação da Constituinte, pelo menos em primeiro turno, para ver definidas questões como a duração do mandato presidencial e a forma de Governo. O virtual candidato do partido, ministro Aureliano Chaves, diz que só aceitará concorrer se prevalecer o presidencialismo, a mesma posição defendida pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Marcondes Sampaio

As dificuldades para uma solução de entendimento em torno do sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição levaram o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a suspender as sessões da Assembleia que estavam previstas para sábado e domingo próximos, a fim de facilitar o aprofundamento das negociações entre parlamentaristas e presidencialistas.

A persistir a determinação demonstrada ontem pelas lideranças dos dois grupos, é praticamente inviável uma solução de consenso em torno da questão. Diante disso, as principais lideranças da Constituinte esperam chegar a uma fórmula capaz de atrair pelo menos uma maioria folgada, pois temem que um sistema de governo aprovado por uma diferença apertada se torne mais um fator de crise institucional.

Defensores do presidencialismo voltaram a se reunir no gabinete do presidente do Senado, Humberto Lucena, para tentar a fusão de mais de 30 propostas relativas a esse sistema de governo, mas as discussões esbarram em dois itens que dividem os presidencialistas: a ideia, do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), de designação de um Primeiro-Ministro que atuaria como auxiliar do Presidente e a forma de censura aos ministros: se individual ou coletiva.

Tanto a figura do Primeiro-Ministro quanto a da censura ao Ministério são características do parlamentarismo, mas os presidencialistas decidiram incorporá-las à sua proposta para atrair o apoio de indecisos em relação ao sistema de governo. Esse presidencialismo híbrido é recusado, com veemência, pelos parlamentaristas. O peemedebista Egidio Ferreira Lima qualificou a fórmula de "Roberta Close — inócua e perigosa, porque não resolve nada e só aumenta as condições políticas para a crise".

O senador José Richa tem opinião semelhante. Ele acha que a censura individual a um ministro, "mas o que instrumento de solução de uma crise pode tornar-se

fator de impasse". Numa situação de crise econômica — observou — o ministro da Fazenda seria permanentemente alvo de moções de censura, gerando uma situação de "ingovernabilidade".

Richa considerou uma "loucura total" a hipótese que começou a ser cogitada entre alguns constituintes, de adoção da forma mista em caráter provisório, até 1990, e implantação do parlamentarismo a partir daquele ano, com a eleição de um novo Congresso.

Na reunião de ontem no gabinete do presidente do Senado, o próprio senador Humberto Lucena, o presidente do PFL, Marco Maciel e o deputado petista José Genoíno manifestaram-se contrários à possibilidade de censura coletiva ao Ministério, como consta na proposta do deputado Manoel Moreira. Isso, no entender dos três, equivaleria à implantação do sistema parlamentarista. Lucena acha que a censura individual tem a vantagem de permitir o afastamento do governo de algum ministro que o Presidente pretenda manter no cargo apenas por amizade ou outro tipo de ligação.

Hoje os presidencialistas voltarão a se reunir para uma nova tentativa de encontrar um texto de consenso, o que, segundo Lucena, deverá ocorrer até amanhã. Além da proposta de Manoel Moreira, as discussões giram em torno de um texto que resultou da fusão de emendas formuladas por Lucena, e pelos constituintes Edison Lobão (PFL-MA), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Ao lado da hipótese da censura — individual — que deveria ser aprovada por maioria de dois terços da Câmara, esse texto coletivo prevê a hipótese de a Câmara ou o Senado, por iniciativa de um mínimo de um terço dos seus integrantes, votar resolução exprimindo discordância em relação a depoimentos prestados por ministros. Nesse caso, segundo Lucena, os ministros alvo da discordância ficariam "moralmente" impedidos de permanecer no governo.

Missão Thales preocupa

Constituintes que defendem o mandato de quatro anos para o atual Presidente ou favoráveis ao parlamentarismo manifestaram, ontem, receio de que a chamada missão Thales (ex-deputado e ministro do Tribunal de Contas, Thales Ramalho, convidado pelo presidente José Sarney para a assessoria política do Governo) tenha por objetivo intimidar a Assembleia, a fim de impedir a redução do mandato presidencial.

Em meio ao clima de apreensões, resultante da crise política, econômica e social do País, que vem dando margem a especulações sobre um possível retrocesso institucional, a missão Thales, no entender de muitos constituintes, consistiria em demonstrar à Assembleia que os setores mais preocupados com o ritmo da democratização no Brasil, poderiam considerar inaceitável o parlamentarismo e o mandato de quatro anos.

De certa forma, uma dos constituintes que alimentam esse tipo de preocupação é o deputado Fernando Lyra, do PMDB de Pernambuco, ex-ministro da Justiça no começo do Governo Sarney.

Aprovado o parlamentarismo — como se acredita, na Assembleia — a missão Thales procuraria preservar pelo menos o mandato de cinco anos de Sarney, sob um argumento que vários círculos governamentais vem insinuando, segundo o qual a realização do pleito presidencial este ano levaria o País à bancarrota e aos caos. Nesse caso, seria absolutamente

previsível o retorno dos militares ao comando do processo político brasileiro.

Na verdade, Thales jamais fez qualquer insinuação em tal sentido, mas essa ideia já foi formalmente externada por importantes políticos ligados ao Governo. O governador de Goiás, por exemplo, Henrique Santillo, em programa gravado ontem, que será retransmitido pela televisão amanhã à noite, acha que se as eleições presidenciais se realizarem no ano corrente, seja quem for o eleito não terá condições para governar o País.

Na opinião do governador goiano, em último caso, será preferível realizarmos eleições gerais, para que o Presidente eleito reflita as novas forças políticas do Congresso. Pela composição atual do Legislativo, extremamente dividido, o País ficará ingovernável — insiste Santillo.

A ideia de um possível movimento militar, para impedir a entrada em vigor de uma nova Carta Magna que muita gente no Governo apregoa ser irreal, é julgada improvável, por políticos ligados a oficiais superiores das Forças Armadas. Não se trata propriamente de não haver clima para isso, mas — como costuma dizer o senador Luís Viana Filho (PMDB-BA) — porque um golpe político-militar demanda tempo, a fim de ser preparada. Além disso, como assinala Santillo, na hipótese de tal tipo de retrocesso político-institucional, o Brasil poderá enveredar pelo caminho de uma guerra civil (Rubem de Azevedo Lima).

Aldori Silva

No PMDB, 80% pelos 4 anos

Quase 80% dos 300 representantes do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte — cerca de 230 deputados e senadores — são favoráveis ao mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.



Tais índices foram anunciados pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e delas se falou, nesse final de semana, durante encontro de peemedebistas com o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que também preside a Câmara e a Constituinte.

A partir desse dado — e uma vez que julga também definitiva a tendência do PMDB em favor do parlamentarismo —, Ferreira Lima considera indispensável preservar a unidade partidária. Para tanto, o representante pernambucano insiste na conveniência de antecipação do primeiro turno das eleições presidenciais — que, a seu ver, deve realizar-se em 1º de outubro e não a 15 de novembro, como está previsto — e no imediato lançamento de uma candidatura presidencial pelo PMDB (Ulysses Guimarães), concomitantemente com o compromisso de indicar o primeiro-ministro o senador Mário Covas ou o governador da Bahia, Walter Pires.

Ideia

Do ponto de vista regimental, embora não exista nenhuma proposta de emenda antecipando a data do primeiro turno das eleições

presidenciais, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Assembleia, acha exequível a ideia, desde que se estabeleça que a escolha do futuro Presidente se dará em determinado período, em torno de 15 de novembro. Mário Covas não quis analisar a ideia de Maurílio em si mesma antes que o parlamentar pernambucano a formalize.

Para o ex-ministro da Justiça, deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), parlamentarista convicto, a proposta de antecipação quanto ao seu primeiro turno, é um casuismo, "que pode ser um tiro pela culatra". Em eleições diretas — sublinhou Lyra — "ninguém deve acreditar que algum casuismo seja capaz de modificar a vontade dos eleitores".

No PFL, apesar da aparente simpatia do senador Marco Maciel (PE), presidente do partido, pela sugestão de Maurílio, ainda não há nenhuma decisão sobre o assunto. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) lembrou, a propósito, que a bancada pefelista deverá reunir-se para fechar questão contra a eleição em dois turnos para governadores e prefeitos. "Dois turnos", salientou Bornhausen, "só para Presidente da República, seja no presidencialismo ou no parlamentarismo".

Para o senador Mário Covas, do ponto de vista político a posição de um partido centro-liberal, como o PFL, contra a eleição em dois turnos para governadores "constitui um erro de avaliação". Segundo Covas, os dois turnos, em todos os países, "fazem, geralmente, com que os votos quase sempre converjam para o centro do espectro político-partidário." (R.A.L.)

Mineiros não abrem mão da vice, afirma Newton

Belo Horizonte — Se as eleições presidenciais forem realizadas ainda este ano, Minas não abre mão da vice-presidência. A advertência é feita pelo governador Newton Cardoso, que afirma ter deixado isso bem claro para o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, com quem se encontrou antontem, em Brasília, e convervou à meia-noite.

O governador mineiro assegurou que Ulysses Guimarães não está colocando sua candidatura à sucessão do presidente José Sarney, mas "apenas se presta a candidato" caso necessário. Sua preocupação maior, como observou, é com o processo constitucional.

Newton Cardoso retornou ontem à tarde de Brasília, onde esteve também com o presidente José Sarney. Encontrou-se com a bancada de Minas no Congresso Nacional e pode comprovar que a maioria dos parlamentares mineiros defende os cinco anos de mandato. Ao fazer esta afirmação, o governador mineiro pretende desmentir a notícia de que os constituintes mineiros são favoráveis ao parlamentarismo e aos quatro anos

de mandato para o presidente. Durante a conversa mantida com Ulysses Guimarães, os dois chegaram a um denominador comum. "O importante para o País é dotar a Nação de uma Carta constitucional moderna e duradoura".

O encontro do governador de Minas com Sarney foi ontem cedo. O presidente da República informou de que o mineiro José Maria Magalhães, suplente de deputado federal e atual presidente do Ipsemg, é o escolhido para a presidência do Inamps, em substituição a Hésio Cordeiro, exonerado na véspera.

Nota

Várias entidades representativas do meio empresarial divulgaram ontem, nota na imprensa mineira, criticando a decisão do Governo por meio do Ministério da Indústria e Comércio, de mudar a direção da Açominas e Usiminas. Conforme a nota, um dos nomes cogitados para a presidência da Usiminas seria o presidente do PFL mineiro, Paulino Cicero, tudo isto em função de um apoio aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.